

# Dossiê Temático

## Formas de habitar, vizinhança e ação política

**Flávia Carolina da Costa (org.)**<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Mato Grosso

**João Vicente Marques Lagüéns (org.)**<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A C E N O

COSTA, Flávia Carolina da; LAGÜÉNS, João Vicente Marques (orgs.). **Formas de habitar, vizinhança e ação política: apresentação ao dossiê. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 7 (15): 11-18, setembro a dezembro de 2020. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Mestra (2010) e doutora (2016) em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-doutoranda e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGAS/UFMT). Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos de Cultura Popular – Caleidoscópio (UFMT).

<sup>2</sup> Pesquisador em estágio de pós-doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional, bolsista PNPd/Capes. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (PPGAS-MN/UFRJ). Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) do Museu Nacional (UFRJ).

## Apresentação ao dossiê

A proposta deste dossiê surgiu em 2019 como um desdobramento do Grupo de Trabalho de mesmo nome, realizado na VI Reunião Equatorial de Antropologia (REA), ocorrida em Salvador, BA. O objetivo era o de reunir pesquisas de cunho etnográfico, voltadas a analisar como a noção de vizinhança aponta para a construção de dispositivos de ação política. Nas Ciências Sociais, muitos são os estudos que se voltaram a refletir sobre como relações de vizinhança conformaram articulações políticas e movimentos sociais. A construção de relações e engajamento político, a partir dos espaços de vizinhança, foi tema central na literatura sobre "novos movimentos sociais" nos anos 80<sup>3</sup> e apresentase, também, como referência nos trabalhos de Antropologia da Política onde, delimitada etnograficamente, a política se faz presente em relações de família, laços de vizinhança, solidariedade e convivência, convivialidade e cotidiano<sup>4</sup>. Neste sentido, o dossiê não esteve preocupado apenas com as construções de identidade ou com os mecanismos de representação pressupostos nas relações de vizinhança. Mais do que isso, o que se esperava era que se agregassem pesquisas e reflexões interessadas em compreender as formas de habitar em suas potencialidades, a construção de laços políticos, mapeamentos e territórios para além daqueles estabelecidos em uma ideia pré-concebida de casa e família. Interessavamos, sobretudo, os estudos que observam as relações de vizinhança e as formas de habitar à luz dos movimentos e dos conflitos que as tensionam e desestabilizam – como um “idioma simbólico”, para estruturar, pensar e experimentar o mundo (CARSTEN e HUGH-JONES, 1995).

Alguns dos 16 artigos que compõem este dossiê foram apresentados primeiramente na forma de *paper*, durante o encontro da REA e ganharam profundidade reflexiva e teórica na versão aqui exposta, outros, vieram como gratas surpresas quando a chamada da revista foi aberta. O conjunto dos artigos aqui reunidos reflete parte da diversidade de universos de análise e tradições teóricas produzida pela antropologia e pelas ciências sociais brasileiras ao tratar de casas, relações de vizinhança e sua articulação com a política (sejam quais forem os sentidos dados a este termo). Apesar dessa diversidade, nos artigos apresentados neste dossiê, o privilégio da abordagem etnográfica e a conseqüente recusa em deduzir a análise de conceitos substancializados apontam algumas linhas em comum, que merecem ser ressaltadas. Uma das convergências mais notáveis é a visão de que a política é inseparável dos domínios da casa ou do doméstico. A oposição entre casa – vista como espaço da família e vida privada, de um lado – e a cidade, a rua

<sup>3</sup> As associações de moradores e movimentos de bairro forneceram boa parte da gramática organizativa para os “novos movimentos sociais” do início dos anos 80 e a temática para a literatura que procurava analisá-los (como por exemplo SADER, 1988; KOVARICK, 1979, para ficar em alguns exemplos marcantes). De maneira bastante coerente com os discursos desses movimentos, tal literatura enfatiza a construção de laços, vínculos e solidariedade entre os moradores pobres nos espaços de vizinhança em que se estruturam tais movimentos.

<sup>4</sup> Para uma síntese da abordagem proposta pela antropologia da política, ver Comerford e Bezerra (2013). Para outra abordagem, ver Fonseca (2000).

– como espaço público e da política, de outro – constitui um modelo conceitual, certamente importante, tanto que está consolidado na etimologia do político (polis) e do doméstico, mas não uma referência para descrever etnograficamente as casas ou a política – tema aliás, bastante discutido na literatura<sup>5</sup>. Outro ponto que merece também destaque é que, em praticamente todos os artigos, casas e vizinhanças são abordadas a partir das relações que as constituem e, simultaneamente, as desenvolvem. Assim, as experiências etnográficas aqui narradas constroem e revelam uma atenta, detalhada e sofisticada política do cotidiano que mantém e articulam unidades e grupos dessa política, sejam elas famílias, comunidades ou lados de uma disputa.

A título de organização, separamos os textos em quatro eixos. Tal separação não se pretende limitante, pois as temáticas de cada eixo são amplas e dialogam entre si para além das seções em que se inscrevem.

O primeiro eixo deste dossiê ganhou o título de *Território, territorialidades e política* e é dedicado aos artigos que, a partir de contextos etnográficos distintos, apresentaram reflexões sobre o “território”. Não se trata de um conceito engessado nos limites físicos e geográficos, como os artigos com suas descrições e análises deixam ver. Ao contrário, é algo que se constitui de modo expandido, alcançando lugares onde as práticas para sua reprodução material sejam possíveis. Neste sentido, o primeiro artigo da seção e também do dossiê, intitulado “Religião, política e a re-existência quilombola na Serra do Evaristo/CE”, apresenta uma instigante visão, muito bem fundamentada etnograficamente, do quilombo da Serra do Evaristo, no Ceará. Observando a trajetória da comunidade local, o esforço de reformulação dos marcadores que dão sentido a ela e a elaboração de uma ecologia local, que repõe como potência sujeitos, formulações e território, o autor nos apresenta como uma confluência de narrativas organiza práticas políticas de *re-existência*. O segundo artigo, “Serra acima: (re)significação territorial de Comunidades Quilombolas de Chapada dos Guimarães – MT”, construído também sobre a temática quilombola, como se vê desde o título, trata-se da reunião de três experiências etnográficas distintas, todas elas realizadas em um mesmo contexto: as comunidades quilombolas de Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso. A partir de conexões distintas entre seus moradores, e também entre os pesquisadores (e autores), o artigo se volta às interrelações que constituem a pessoa quilombola nas comunidades de Lagoinha de Cima, Ribeirão Itambé e Morro do Cambambi, destacando como esse processo está intimamente relacionado à definição territorial das comunidades. O esforço coletivo dos pesquisadores que escrevem este artigo se soma ao do próprio Programa de Pós-Graduação que abriga esse periódico. Publicar os resultados de pesquisas desenvolvidas no PPGAS/UFMT que dialogam com análises outras, resultantes de outros trabalhos realizados em outros contextos e em outros programas, destacando entre eles as proximidades reflexivas e teóricas, tão caras à antropologia, é dar “visibilidade para pesquisas desenvolvidas fora do circuito dos grandes centros metropolitanos do Brasil” (LOPES e SILVA, 2020) e motivo de orgulho para nós, organizadores deste dossiê.

Em “Micropolíticas do terreno: família, espaço e reprodução social no Litoral do Piauí”, Francisco Maurício apresenta uma discussão interessante sobre as concepções de posse e direitos territoriais em uma comunidade rural no Piauí. O texto identifica as mudanças nos regimes sociais de posse da terra ao longo do

<sup>5</sup> O tema já foi bastante debatido na antropologia, seja na incorporação das casas às disputas de facções no tempo da política (PALMEIRA, 2010), nas disputas de família (MARQUES, 2002) ou na familiarização associada a espaços de vizinhança (COMERFORD, 2003).

tempo, atentando para a diferença entre as categorias “terra” e “terreno”, que regulam os regimes de utilização e apropriação do espaço no regime vigente. Na análise, recuperando a literatura brasileira sobre posse da terra e campesinato, Maurício aponta para a relação desta questão com a reprodução familiar e a própria definição de família. O quarto e último artigo deste eixo dedica-se de forma esclarecedora a apresentação do debate sobre casa, moradia e construção de vínculos sociais, especialmente aqueles aproximados a categorias de família e parentesco, já que combina a apresentação didática do debate conceitual na literatura antropológica com o desenvolvimento de uma abordagem original. Em “Casa como elemento de parentesco em duas localidades no sul do Brasil”, a autora, Raquel Wiggers, não se contenta com a explicação, comumente naturalizada, de que a convivência na casa cria ou reforça os laços de parentesco e busca avançar na explicação de como, em quais relações e através de quais dispositivos, tais laços são criados, e de quais laços se está falando. Assim, a constituição das relações de cuidado mútuo entre as gerações e as obrigações de retribuição desse cuidado aparecem como uma das formas de construção de vínculos e de família, explicando a importância e as diferentes formas de atualização da pertença e convívio nas casas da região observada etnograficamente.

O segundo eixo do dossiê ganhou o título de *Vizinhança, arranjos e movimentos de habitar* e traz uma reunião de artigos dedicados à multiplicidade de movimentações, saberes, disputas morais e de narrativas que fazem parte da dinâmica cotidiana de comunidades para as quais o movimento de habitar significa, no limite, produzir socialidade, mesmo que em meio a tramas complexas de conflitos e tensões. O primeiro artigo deste eixo trata-se de uma reflexão aprofundada sobre as transformações vividas pelos moradores da zona portuária do Rio de Janeiro ao longo de um extenso processo, em que a valorização imobiliária da região associada a ações estatais leva, entre outras coisas, à expulsão de parte dos moradores e à insegurança sobre a permanência dos demais. Em “Construindo formas de habitar: memória e política no contexto revitalizado do Rio de Janeiro”, a autora vai além das interpretações correntes que, no mais das vezes, se voltam a identificar os processos de gentrificação e de patrimonialização da zona portuária carioca, ao apontar tensionamentos, incompletudes e brechas, demonstrando o que a análise antropológica pode oferecer à interpretação dos processos sociais.

Em “A história de uma cooperativa habitacional no Rio de Janeiro: entre as ‘lutas’ cotidianas e a construção de ‘laços de solidariedade’”, Geisa Bordenave expõe a multiplicidade de questões envolvidas no processo de “luta pela moradia”, a partir da experiência de uma cooperativa habitacional considerada publicamente exemplo de sucesso. Tomando as ideias de “mutirão” e “autogestão” como ponto de partida, a autora demonstra como vai sendo construída a luta política em busca da garantia de direitos. Sem fixar os significados de termos e ideias e sem romantizar a importância do movimento, Bordenave apresenta uma cuidadosa análise sobre os conflitos envolvidos no processo de se organizar moradias de alta qualidade, construídas por movimentos populares.

O terceiro artigo do eixo, intitulado “A forma auto-organizada de produção dos espaços públicos de vizinhança: o caso do bairro do Conjunto Ceará em Fortaleza, CE”, narra a história de um bairro oriundo de um projeto urbanístico estatal, a partir das lutas dos movimentos sociais voltados ao reconhecimento e à preservação do espaço onde o bairro se constitui. O objetivo dos autores é mostrar como a produção auto-organizada dos espaços públicos constitui-se, por si, uma ação política fundamental à produção da realidade. O quarto artigo do eixo, “Uma

casa para ‘todo tipo de gente’: a população em situação de rua e as formas de habitar um espaço liminar”, fala sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, localizado em Campina Grande, Paraíba. O trabalho analisa a configuração das relações estabelecidas pelas pessoas em situação de rua, apontando as limitações entre a “casa” e a “rua” (como ferramentas analíticas) e adotando a ideia de liminaridade, para escrever a vivência no espaço analisado, sem se restringir à visão institucional do espaço que é palco da pesquisa.

“Eu não vou pedir permissão para ocupar’: un análisis relacional de las disputas socio-urbanas en contexto de gentrificación” é o quinto e último artigo deste eixo. Nele, Carolina Bailetti analisa um caso etnográfico de disputas e tensionamentos políticos decorrentes do processo de gentrificação de uma área no centro de Curitiba, Paraná, no qual, dois grupos politicamente identificados com a luta pelo direito à cidade, mas muito diferentes em relação a suas situações de classe e origens sociais (um identificado como classe média intelectualizada e outro como popular e periférico), posicionam-se em polos opostos em relação ao uso do espaço.

O terceiro eixo do dossiê denomina-se *Sobre tensões, emoções e as ações políticas* e apresenta-se como uma continuidade do ritmo e do ânimo vislumbrados no último artigo da seção anterior. Se é certo que as emoções são marcadas por contextos históricos e socioculturais particulares e, dessa forma, nascem envolvidas por relações de poder, hierarquias e concepções morais definidoras dos limites entre os grupos sociais (REZENDE e COELHO, 2010), é certo também que o fazer da política marca e é profundamente marcado pela dimensão afetiva da vida social, na medida em que muitas vezes se manifesta como uma expressão social de uma motivação negociada e definida a partir de relações subjetivas comuns a certos grupos, que deseja alcançar espaços mais amplos e públicos. O primeiro artigo deste eixo, “A vigília Lulalivre: sobre fazer casas e fazer política em um acampamento”, observa como os processos associados às casas e espaços construídos pelos militantes na área vizinha ao prédio onde o Presidente Lula esteve preso constituem agenciamentos e possibilidades de ação política, que conectam aquele acampamento a redes e movimentos muito mais amplos. Analisando tensões e possibilidades de articulação desenvolvidas a partir das casas do movimento Lulalivre, o autor apresenta uma intrincada política do cotidiano, na qual questões domésticas do acampamento se misturam a definições das eleições presidenciais. Seguindo essa pista, o artigo sugere que habitar aquela vizinhança foi, tanto para militantes anônimos, como para políticos nacionais, um dispositivo central para criar novas formas de existir e intervir na política.

Em “Vizinhança em disputa’: a política interna no processo de implantação de uma auditoria fiscal em um condomínio clube na zona norte do Rio de Janeiro”, as autoras Carolina Bottino e Lívia Rabelo se voltam a observar como o cenário político que antecede e contorna as eleições presidenciais de 2018, com todas as polarizações daí decorrentes, se interconecta às disputas em torno da administração de um condomínio residencial de classe média, localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Desvelando a influência das redes sociais na elaboração da política interna do condomínio, as autoras observam as correspondências entre o processo de prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Operação Lava-Jato, e a articulação dos moradores em busca de uma auditoria fiscal da gestão em curso naquele momento no residencial. A abordagem permite a reconstrução detalhada das disputas, estendendo-se através de diversas plata-

formas e por período relativamente longo, o que possibilita compreender de maneira qualificada a posterior “politização” dos antagonismos internos do condomínio quando estes são associados à disputa política em plano nacional. Assim, além tratar de questões relacionadas a política e vizinhança, oferece elementos para refletir a dinâmica política nacional no período em questão.

Também movido pela micropolítica das emoções, o artigo “Pensando o futebol e a cidade: notas etnográficas do Catanga Futebol Clube” desenvolve uma cuidadosa análise sobre a construção de relações entre um time de futebol amador e a vida do bairro que o abriga. Acompanhando diversos aspectos da vida cotidiana, especialmente aqueles relacionados a torcer e participar do clube de futebol, com a construção de vínculos com o clube e com o bairro, o artigo aponta diferentes formas e acontecimentos através dos quais tais vínculos são produzidos e busca, ainda, compreender como se forma a relação entre bairro e futebol, destacando os trajetos por campos, bares e avenidas onde modos distintos de se relacionar e práticas específicas são mobilizadas em torno do futebol para repensar e formular também a cidade em que vivem.

As interseções entre a temática das emoções e as ações políticas se encerram no artigo “Uma cornucópia do Partenon: circuitos afetivos em uma vizinhança em Porto Alegre”, no qual Renan Giménez Azevedo argumenta como modos de socialização envolvem de diversas maneiras os moradores de um conjunto habitacional em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Acompanhando a circulação de dinheiro, alimentos, bens, linguagens entre outros, o autor vai destacando a construção de um circuito de moralidades materializadas e manifestas em forma de afetividades. Tais circuitos morais e afetivos produzem e são produzidos por uma política doméstica, que extrapola os limites do conjunto habitacional e alcança a vizinhança mais ampla, gerando tensionamentos e negociações constantes.

O último eixo deste dossiê tem como título *Habitar entre o tangível e o intangível – produzindo família e parentesco* e abriga dois trabalhos valiosos e um ensaio etnográfico potente. Os dois artigos versam sobre contextos indígenas e o ensaio fala sobre quatro comunidades rurais localizadas na região metropolitana de São Luiz, no Maranhão. Embora formas de habitar e movimentos políticos sejam algo comum a qualquer contexto social, nos surpreendeu positivamente a chegada de artigos comumente mais debatidos em fóruns de etnologia e por isso os recebemos com satisfação. A qualidade indubitável dos trabalhos apresentados somou-se ao nosso intuito primeiro de turvar as fronteiras que segregam campos teóricos e de pesquisa, em favor de análises que observassem a centralidade do morar e das movimentações decorrentes como um processo contínuo de elaboração política. Em “Moradas de encantos e vizinhos do fundo: habitação e socialidades interespecíficas no noroeste amazônico”, o autor Luiz Augusto Sousa Nascimento propõe uma instigante reflexão sobre os sentidos de *comunidade* e *vizinhança* a partir do pensamento dos povos indígenas da região do Rio Negro com quem dialoga. A coabitação entre humanos e extra-humanos, os investimentos em produzir a (boa) convivência, através de visitas e a construção de laços entre os vários entes revelam uma filosofia potente para pensar as relações e o mundo, centrada em seu caráter incompleto e necessariamente provisório.

Evandro Bonfim e Simone Martins, em “As variações do mito de vizinhança: disputas políticas sobre a fundação da aldeia Mapuera”, tomam a noção da “boa distância” como um princípio político para apresentar duas narrativas sobre a origem de uma aldeia WaiWai. A hipótese, robusta e bem amparada etnograficamente, permite compreender elementos culturais, linguísticos e sociológicos relevantes desse grupo. A abordagem proposta oferece ainda pistas interessantes

para pensar as dinâmicas de transformações e tensões em outros povos, oferecendo elementos para interpretar sua dinâmica política.

O ensaio etnográfico de Luziele Alcobaça fecha este dossiê, mas não encerra a discussão proposta. O caráter experimental do texto, construído enquanto sua autora se encontra em campo, explicita as descobertas e os reposicionamentos que todo pesquisador enfrenta no momento inicial de seu trabalho e que, pelas desestabilizações que provocam, merecem ser visibilizados. Em “Metamorfoses entre obrigações e medos: um ensaio etnográfico sobre experiências socioespaciais de moradores de comunidades rurais na região metropolitana de São Luís – MA”, Alcobaça nos mostra como os moradores de Maracanã, Alegria, Vila Mochel e Quilômetro 21 – quatro comunidades consideradas rurais – vão sendo impactados por políticas habitacionais oriundas do Programa Minha Casa, Minha Vida. No decorrer do trabalho, as relações dos moradores das comunidades pesquisadas com as festas religiosas, os antepassados, os santos e os “encantados” revelam um conjunto de dinâmicas de regulação social sobre o espaço, a política e a sociabilidade, invisíveis ao observador mais distanciado (ou preso a conceitos substancializados). A aparente ausência de uma costura que dê fim ao artigo casa-se com o não encerramento do assunto pelo presente dossiê.

Quando nos propusemos a organizar este dossiê não podíamos imaginar a chegada de uma pandemia como a de Covid-19, que nos devasta desde o início de 2020. Ter uma casa, um teto, um lugar para morar tornou-se então um tema central no mundo todo, na medida em que “casa” passou a significar não apenas um espaço de conforto e resguardo do direito e da dignidade, como também um abrigo, um esconderijo contra as mazelas provocadas pelo vírus Sars-Cov-2. Não ter um lugar para morar, no contexto atual, passou a significar estar mais vulnerável à possibilidade de infecção. Da mesma forma, enquanto para as classes sociais menos favorecidas, a manutenção de um espaço de moradia vem significando enfrentamentos diários e exposições variadas ao vírus, ao desemprego, à instabilidade política; para as classes mais privilegiadas, as casas passaram a ser mais do que o lugar do repouso, uma vez que foram invadidas pelo ambiente público do trabalho, na onda dos home-offices. Serão necessárias muitas imersões etnográficas futuras para dar conta de entender como formas de habitar, vizinhanças e ações políticas serão organizadas como um esforço para atribuir sentido às nossas expectativas sobre a realidade. Porém, o que esperamos com esse dossiê, que agora se configura talvez como retrato de um tempo outro, quando o ir-e-vir não esbarrava em tantas virtualidades, é que ele não se encerre na domesticação da realidade, que continue provocando desestabilizações conceituais e que nos conduza a novas perspectivas e à transformação dos nossos modos de existência. Boa leitura a todos!

## Referências

- CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S (eds.). *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- COMERFORD, J. C. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia*, 57 (2), 2014.
- COMERFORD, J.C., BEZERRA, M.O. Ensaio bibliográfico “Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política”. *Análise Social*, 207, xlviii (2.º): 465-489, 2013.
- FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- LOPES, M; SILVA, M. A. Um Aceno do Centro-Oeste Brasileiro: Sobre o impacto das revistas em Programas de Pós-Graduação. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, 6 (1-2), 2020.
- MARQUES, A. C. D. R. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 2002.
- PALMEIRA, M. “Política, facções e voto”. In: PALMEIRA, M; HEREDIA, B. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP, 2010.
- REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.